

SURDEZ: HISTÓRIAS E EXPERIÊNCIAS

Carolina Bottosso de MOURA
(Orientadora): Profa. Dra. Áurea Maria Guimarães

RESUMO: A proposta desse texto é trazer algumas experiências pessoais e profissionais e a partir disso justificar algumas opiniões a respeito da educação de crianças e adolescentes surdos.

Palavras-chave: Surdez, Experiências

A primeira experiência é minha própria. Por volta dos cinco ou seis anos de idade fui ao otorrinolaringologista pela primeira vez para saber se eu não tinha algum problema auditivo. Minha mãe percebeu que dos três filhos eu era a mais distraída, volta e meia não respondia aos seus chamados. Então ela começou a fazer testes, me chamar sem olhar para mim para ver se eu esboçava alguma reação. Foi então que ela percebeu que eu não respondia alguns chamados que os meus irmãos escutavam e respondiam sem dificuldades. Assim, depois de muitas idas e vindas a médicos e fonoaudiólogos ficamos sabendo que eu realmente tinha uma perda auditiva, porém não sabíamos sua causa e nem como seria o comportamento dessa perda, não sabíamos se poderia progredir ou se estacionaria, caso progredisse, como seria essa evolução. Até hoje não sabemos se eu nasci com essa perda ou se ela foi adquirida mais tarde.

Aos dezenove anos resolvemos voltar aos médicos para tentar descobrir algo mais. Apesar de alguns novos exames que fiz, como, por exemplo, exames genéticos para detectar se a causa não era uma mutação genética, nenhuma grande novidade a respeito da causa da minha perda auditiva. A grande novidade que surgiu foi uma sugestão nova por parte de uma fonoaudióloga: “ela pode usar um aparelho para auxiliá-la na sua reabilitação”. Essa era uma idéia que criava um certo estranhamento. Nem tanto o usar aparelho, mas a idéia de reabilitação. Reabilitação era uma palavra que não fazia parte do meu vocabulário, e nem me fazia sentido, não me tocava os sentidos. Aliás, ainda não me faz sentido; reabilitar-se do quê? Segundo uma das definições do dicionário Aurélio reabilitação é a “recuperação das capacidades físicas ou psíquicas dos incapacitados”. E, em nenhum momento, tive a sensação de incapacidade para alguma coisa. Para mim, o que existiam eram peculiaridades, assim como todo mundo tem as suas próprias peculiaridades.

Resolvemos experimentar o aparelho. A fonoaudióloga colocou que poderia ser benéfico por algumas razões. Uma delas era que, não sabendo a

causa e nem a evolução da perda, existia a chance de que o uso do aparelho ajudasse a diminuir a progressão, caso esta ocorresse – porém essa idéia era meramente uma suposição, não havia nada que pudesse confirmar isso. Outro benefício era o auxílio imediato, o aparelho me ajudaria a ouvir mais e me desgastar menos nos contextos de interação diminuindo a concentração dispensada. O aparelho veio para auxiliar em algumas situações (há horas em que é melhor não usá-lo: andar de ônibus pode ser muito perturbador se estiver com o aparelho), diminuir o meu esforço, mas não para suprir uma “incapacidade”.

Numa das vezes em que fui ao médico escutei uma explicação interessante para o fato de não haver marcas na minha fala ou na minha expressão verbal: ele disse que quando a perda surge na criança muito pequena ou mesmo desde o nascimento, – e também por não se tratar de uma perda profunda – a plasticidade do cérebro permite que algumas lacunas de informação sonora sejam reconstruídas pelo cérebro preservando o sentido da comunicação; e para tal resultado o cérebro poderia, além de se valer de toda a informação sonora da qual dispunha para essa reconstituição, ele poderia aguçar a sua percepção de outros sentidos (visão especialmente) e de outros símbolos (gestos, símbolos presentes no contexto da comunicação, e a própria escrita). Assim, algumas coisas do que eu ouvia, na verdade, eram reconstituições feitas pela estrutura cerebral que se adaptou àquela necessidade. Acho que essa solução orgânica nos indica muito mais uma capacidade de adaptação do que incapacidade de audição.

Essa mesma capacidade de solução natural está presente quando um bebê surdo profundo começa a fazer gestos que se enquadram em algumas regras lingüísticas da língua de sinais, ou seja, ele age igual a um bebê ouvinte quando começa a balbuciar e formar sílabas.

Nesse ponto já cabem duas grandes discussões: a primeira sobre reabilitação; e a segunda sobre as adaptações físicas e psíquicas necessárias ao aproveitamento do aparelho auditivo.

Vamos começar pela discussão que a princípio nos parece mais palpável: adaptação ao aparelho. É comum pensar que para uma criança surda poder ouvir basta que lhe coloquem um aparelho auditivo e tudo se resolve. Contudo não é tão simples assim. Essa adaptação dependerá de vários fatores, o primeiro a ser considerado é o grau de surdez da criança e a natureza dessa surdez, um outro é a idade desse paciente. Começando pelo aspecto cognitivo, é necessário observar que a mente de uma criança surda possui outra estrutura de funcionamento, ou seja, a significação do mundo não será por via sonora. A correlação som-significado no mundo não está construída e isso é tanto mais complexo de transformar quanto mais crescida for a criança. Aqui caberia uma discussão infinita sobre o implante coclear; sobre os exames fonoaudiológicos;

sobre o impacto do mundo barulhento naqueles que até então viviam num mundo silencioso; a questão da vaidade – usar uma “coisa” que lhe marque socialmente. De qualquer forma isso vai longe e minha intenção é apenas chamar a atenção para alguns fatores.

A outra discussão é quanto a Reabilitação. Neste caso, creio, cabem discussões mais subjetivas. Talvez possamos visualizar da seguinte forma: a adaptação como o aspecto mais material da questão e a reabilitação como o aspecto mais subjetivo da mesma questão. Imagino que todas as pessoas tenham sua própria noção de reabilitação, talvez algo como uma adaptação do indivíduo necessária para o convívio num determinado contexto social. Assim, pode-se concluir que a uma pessoa surda é necessário ter condições instrumentais para interagir com esse mundo significativamente sonoro no qual ela está inserida. O “x” dessa questão está em até que ponto estamos viabilizando a esse indivíduo uma projeção social maior e em que medida o estamos deformando a um padrão ao qual ele não se inclui. Em termos mais práticos podemos exemplificar com a postura oralista adotada em muitos casos e lugares, isto é, a insistência de profissionais e pais em querer que suas crianças surdas falem articuladamente, desprezando a língua de sinais.

Durante a experiência de ensinar português escrito para crianças e adolescentes surdos ficou mais evidente a postura ainda existente de que LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) não é língua, é mímica ou coisa menor. Meu trabalho foi o de desenvolver atividades de apoio escolar com eles – a dificuldade deles em acompanhar a escola é grande, pois muitos professores não sabem língua de sinais, o contexto escolar não facilita a aprendizagem desses estudantes e muitos deles fazem duas vezes a mesma série como tentativa de suprir um déficit escolar.

Um dos adolescentes com quem trabalhei era surdo profundo, contudo não dominava a Libras – na família os sinais eram vistos como gestos de deficientes mentais, o que não é tão incomum acontecer – pouquíssimo ele entendia pelos lábios e quase nada entendíamos do que ele tentava oralizar. Todas essas impressões negativas que ele foi acumulando o fizeram sempre evitar sinalizar, evitar falar e às vezes fingir entender o que alguém lhe fala. Em contrapartida, seu interesse pela língua portuguesa escrita era imenso. Provavelmente porque esse era um sistema comunicativo que todos valorizavam e no qual todos se entendiam.

Sempre curioso por saber reconhecer quais palavras são verbos, quais são substantivos e seus devidos significados, ele trazia uma lista de palavras tiradas dos textos da escola para nos perguntar seus significados. E essa era uma atividade complicada, pois, além de serem palavras fora de seu contexto, não existia um meio de comunicação garantido com esse adolescente, não existia um sistema lingüístico que compartilhássemos plenamente. Então fazíamos

tentativas, ora com escrita, ora com sinais, ora com oralidade. Outro fator que dificultava era que ele não dava respostas – era muito tímido, nunca sabíamos com plena certeza se ele havia entendido, se estávamos explicando da melhor maneira. Muitas vezes não encontrávamos essa melhor maneira. Mas mesmo assim, volta e meia ele dizia alguma coisa que nos fazia perceber que algo que dissemos há várias semanas acabava de ser compreendido naquele instante.

Um caso oposto foi o de um outro adolescente cuja família optou pela aquisição da Libras e não da oralização, assim, desde pequeno ele tomou contato com a Língua de Sinais. As suas dificuldades se davam em decorrência dos professores não dominarem a sua língua, foi então que os professores começaram a aprender Língua de Sinais também. Além de ajudar na questão pedagógica, a postura desses professores de procurar formação para trabalhar com esse adolescente criou um ambiente de bem-estar para todos.

Com as crianças surdas, o aprendizado já foi de outra natureza. Nos primeiros contatos que tive com elas percebi a agitação delas quando viam na minha orelha um aparelho, ou melhor, dois, um em cada orelha. Elas ficavam todas curiosas, interessadas, perguntavam porque eu estava com aparelho, e aí eu explicava e elas ficavam me observando. Num outro momento, quando entrou uma pedagoga surda e sinalizadora para trabalhar com eles percebi que o diálogo entre eles fluía muito melhor.

Por essas experiências me parece que no atendimento escolar aos surdos, é indispensável que o professor domine Libras (dominar é mais do que saber alguns sinais). E com as crianças percebi como pode ser enriquecedor para elas terem na figura do professor uma pessoa igual, um surdo também. A relação é diferente quando o professor é sinalizador e surdo, existe uma relação de identidade que se cria nesse contato. Muitas dessas crianças não têm contato com pessoas surdas, possuem pais ouvintes e estão imersas no contexto ouvinte.

Além disso, são necessários conhecimentos pedagógicos específicos. Educação de surdos é diferente da educação de ouvintes, e essa é uma percepção muito importante. Não existem muitos materiais para a educação de surdos, no contato que tive pareceu-me que muito está por fazer ainda nessa área da educação, mesmo a necessidade já sendo antiga.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- SACKS, Oliver (1999). *Vendo Vozes: Uma viagem ao mundo dos surdos*. Companhia das Letras, SP.
- LABORIT, Emmanuelle (1994). *O vôo da gaivota*. Best Seller, SP.
- REILY, Lúcia H. (2005). *Escola Inclusiva: Linguagem e Mediação*. Editora Papirus, Campinas.

<http://www.ad-awards.com/inc/video.swf?id=104>